

## **A Marcha Mundial das Mulheres no contexto dos movimentos sociais contemporâneos**

ALEXANDRA PINGRET\*

A proposta desse texto é conhecer parte, da discussão contemporânea, referentes aos movimentos sociais, no Brasil, e realizar uma reflexão sobre a Marcha Mundial das Mulheres nesse contexto. As teorias que analisam os movimentos sociais latino-americanos estão em constante construção, e suas pesquisas se refletem na produção brasileira e vice-versa.

Primeiramente opta-se por citar dois conceitos sobre os movimentos sociais, um de Norberto Bobbio, e o outro formulado por Maria das Graças Gohn, não pretendemos compará-los, mas sim conhecer a ambos. Bobbio prefere definir os movimentos sociais desde que

*não comprometa a análise nem esqueça as diferenças entre as várias interpretações, dir-se-á que os comportamentos coletivos e os movimentos sociais constituem tentativas, fundadas num conjunto de valores comuns, destinadas a definir as formas de ação social e a influir nos seus resultados. (...) Se distinguem pelo grau e pelo tipo de mudança que pretendem provocar no sistema, e pelos valores e nível de integração que lhes são intrínsecos. (BOBBIO, 1998:787)*

Segundo Gohn, os movimentos sociais podem ser explicados como:

*As ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. (GOHN, 2002:251)*

Nesse sentido, ambos os conceitos se desenvolvem prioritariamente no território do político. Pois será também nesse campo de atuação que pretendemos situar a Marcha Mundial das Mulheres. Pensando o político como “o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo.” (ROSANVALLON, 1995:12).

Existem outras conceituações, referentes aos movimentos sociais, mas por ora preferimos pensar a partir dessas citadas. Os conceitos variam segundo os paradigmas

teórico-metodológicos que embasam a análise de cada autor. Bobbio se refere a esse tema como fascinante, muito debatido e controverso, defendendo que

*a análise dos comportamentos coletivos e dos Movimentos Sociais ocupa um lugar central na teoria e na reflexão sociológica, quer dos contemporâneos, quer dos clássicos. Contudo, e talvez por isso, não foi elaborada até hoje uma teoria totalmente abrangente e inteiramente satisfatória da problemática em exame.* (BOBBIO, 1998:787)

A categoria de atores sociais é utilizada por Gohn, tendo em vista que: os atores sociais muitas vezes se envolvem em frentes de luta que não dizem respeito, prioritariamente, a problemáticas da classe social, como, por exemplo, as questões de gênero, étnicas e ecológicas etc. Nesse sentido, ela afirma “grande parte dos eixos temáticos básicos dos movimentos sociais contemporâneos não diz respeito aos conflitos de classe, mas os conflitos entre atores da sociedade” (GOHN, 2002:249).

E, historicamente “sempre foram os setores subordinados os quais mais produziram lutas sociais; mas encontramos também lutas e movimentos nos setores dominantes, esse também em busca da construção de sua historicidade” (GOHN, 2002:250). Um exemplo que cabe ressaltar, é a luta desenvolvida pelas mulheres, pertencentes à elite, pelo sufrágio universal, no início do século XX, no Brasil.

Nessa perspectiva, Gohn fundamenta sua conceituação em categorias que emergem de processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito. Assim, os movimentos sociais são expressões do poder da sociedade civil, que buscam provocar uma correlação de forças. Todavia a força social de um movimento depende do lugar e do grau do conflito que ele ocupa no cenário mais amplo da luta social, e o “conjunto de fatores – carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural e cultura política do grupo – resultará na força social do movimento, gerando um campo de forças do movimento social” (GOHN, 2002:250).

Considerando essa reflexão, apresentaremos, na sequência, um breve comentário sobre o *cenário conjuntural*, que antecede o período em estudo, posteriormente faremos algumas considerações referentes à abordagem de gênero, pela qual optamos, e por fim, faremos alguns apontamentos sobre como pretendemos desenvolver a pesquisa,

estudando a Marcha Mundial das Mulheres, que, aparentemente, busca reproduzir uma cultura política, construída historicamente pelo movimento de mulheres.

A partir do século XX as contestações populares assumem um caráter mais politizado, com relativa crítica e autonomia em relação ao Estado. Na segunda metade do século, durante o regime político-militar, acirram-se os dois principais tipos de manifestações de resistência: por um lado, as organizações clandestinas (guerrilhas e partidos de viés comunista ou socialista); por outro, manifestações cívicas públicas, contra o poder autoritário e as restrições aos direitos civis e políticos e, com o processo de democratização, desenvolve-se um movimento de ampliação da cidadania que reivindica a regulamentação ou a criação de novos direitos: civis, políticos, sociais, culturais, étnicos, de gênero e ambientais e os movimentos sociais existentes tendem a remodelar suas práticas e valores para atender essas demandas.

Segundo Gohn, existem alguns fatores importantes para entender o contexto final do século XX, entre as décadas de 1980 e 2000: o fortalecimento de redes e estruturas nacionais de movimentos sociais como, por exemplo, a Central de Movimentos Populares – CMP e a Central Única dos Trabalhadores – CUT; o surgimento de movimentos internacionais e o crescimento das Organizações Não-Governamentais – ONGs, sendo inclusive, nesse período, criada a Associação Brasileira de ONGs – ABONG.

Também nesse contexto foi visível a ampliação das tecnologias, o que contribuiu para o desenvolvimento de novas tendências nos movimentos sociais, que começaram a se organizar e negociar ações políticas, cada vez mais sob a forma de rede, que ora se contraía em suas especificidades, ora se ampliava na busca de poder político. Segundo Scherer-Werrem: as redes de movimentos sociais:

*pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. (...) Em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações.* (SCHERER-WERREM, 2006:113)

Nesse sentido, essas redes de movimento social são constituídas, a partir de amplas demandas e movimentos, e, através delas a comunicação cotidiana é aparentemente garantida, através dos meios virtuais, para um público muito diversificado. Sobre os meios virtuais Jorge Alberto S. Machado escreve:

*A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes. (MACHADO, 2007:265)*

Nesse contexto, novas abordagens são incorporadas aos estudos sobre movimentos sociais no Brasil, a partir de variadas linhas historiográficas, como, por exemplo, os estudos de gênero. O uso da palavra gênero tem uma história que é tributária de movimentos sociais, de mulheres e feministas. Assim como foi do interior do movimento de mulheres que se desenvolveu o movimento feminista, foi também entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre história das mulheres que a categoria de análise *gênero* passou a ser utilizada. Para Maria Izilda Mattos, “a categoria gênero encontrou um terreno favorável na historiografia brasileira contemporânea, desnaturalizando as identidades sexuais e postulando a dimensão relacional.” (MATTOS, 1998). E, como nova categoria, o gênero vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes. A expansão dos estudos de gênero localiza-se no quadro de transformações por que vem passando a história nas últimas décadas.

Os estudos de gênero vão ao encontro das tendências contemporâneas, que questionam a concepção da história como evolução linear e progressista e a concepção de tempo como vinculada às mudanças e prognósticos do futuro. Segundo Joana Pedro, o uso da palavra gênero “tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tendo uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito” (PEDRO, 2003:78). Por isso, segundo a mesma autora, os historiadores não poderiam ficar alheios “aos movimentos sociais das mulheres em suas múltiplas configurações, nos múltiplos

feminismos que, desde meados do século XIX, reivindicavam direitos e o fim das hierarquias baseadas no sexo. (PEDRO, 2003:85).

Feitas essas considerações, apresentaremos nosso objeto: a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), entendendo-a como um movimento social contemporâneo que busca legitimidade dentro dos demais movimentos de mulheres: rurais e urbanos. E, ao mesmo tempo se propõe a apresentar à sociedade as diversas interlocuções presentes no interior do movimento de mulheres. Para isso a Marcha se organizou, a partir de movimentos sociais, sindicais, populares, organizações partidárias e ONGs, articulando as ações locais, às nacionais e internacionais.

A MMM teve início a partir de uma manifestação pública feminista no Canadá, em 1999, tendo como lema “pão e rosas”, inspirado em uma simbologia feminina, expressando a resistência contra a pobreza e a violência. Sendo Quebec o palco dos três primeiros Encontros Internacionais da MMM, podemos encontrar no Canadá o maior número de grupos participantes, 654 (seiscentos e cinquenta e quatro) distribuídos entre movimentos sociais, sindicais e partidários, conforme as informações consultadas no site do movimento.<sup>1</sup>

No Brasil, encontra-se sua segunda maior organização quantitativa, com 304 (trezentos e quatro) instituições. Sendo que em dois anos

*aquilo que era uma idéia se transformou em realidade, a partir dos contatos, (...) com a ajuda da Internet e com o apoio organizativo decisivo da FFQ [Federação das Mulheres de Québec], criou-se uma rede diversificada de mais de seis mil coletivos de mulheres de 161 países reunidas em torno de uma plataforma mundial. (DE MOND, 2003:637-638)*

O funcionamento da MMM baseia-se na organização do Comitê Internacional, que é itinerante e, desde 2006 está sediado no Brasil, onde a SOF<sup>2</sup> (Sempreviva Organização Feminista), uma ONG de abrangência nacional, com sede em São Paulo, é sua referência. Esse movimento se organiza em Comitês Nacionais e Estaduais e, no Brasil, está presente em 17 estados. Cabe ressaltar que a MMM situa-se no interior de

---

<sup>1</sup> [www.marchamundialdasmulheres.org](http://www.marchamundialdasmulheres.org)

<sup>2</sup> [www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)

uma ONG, e sobre essa tendência, já estudada por vários pesquisadores dos movimentos sociais contemporâneos, nos anos de 1990, Gohn observa:

*as ONGs saíram da sombra, deixaram de ser meros suportes técnicos em orientações tidas como “pedagógicas” e financeiras às lideranças populares, e passaram, elas próprias, a desempenhar os papéis centrais nas ações coletivas. (GOHN, 2002:315)*

Dentre as principais estratégias da MMM estão aquelas que buscam provocar grande visibilidade, pois, de acordo com o formato em rede dos movimentos sociais contemporâneos, os encontros presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçados. No caso da Marcha esses encontros ocorrem a cada cinco anos e são ações/marchas de grande proporção, em locais públicos. Scherer-Werren se refere a esse tipo de manifestações:

*são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política (...) no espaço público contemporâneo. (SCHERER-WERREN, 2006:112)*

A primeira ação mundial da MMM ocorreu em 2000, iniciando no Brasil no dia 08 de março (dia internacional da mulher), passou por 159 países e territórios, contando com a participação de aproximadamente 6000 entidades. Cabe aqui destacar o comentário de Scherer-Werren, sobre a MMM:

*A partir de eventos ou datas comemorativas, várias redes vêm construindo um conjunto de mobilizações simultâneas. Por exemplo, o dia 8 de março é data de mobilização da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), em vários continentes, na América Latina e em vários locais, conectando-se com as múltiplas redes femininas, feministas e de movimentos simpatizantes. Dessa forma, a MMM conecta suas questões específicas com questões mais gerais dos movimentos em rede. (SCHERER-WERREN, 2008:514)*

O chamado daquela edição foi: “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, Naquela ocasião foi entregue à ONU um abaixo-assinado, no qual constavam 17 itens da pauta de reivindicações do movimento, com cerca de cinco milhões de assinaturas. Também foi escrita, naquele momento, uma “Carta das

Mulheres Brasileiras”, cujas reivindicações eram terra, trabalho, direitos sociais, auto-determinação e soberania.

Em 2001, a MMM foi convidada a participar do Fórum Social Mundial, em sua primeira edição, realizado em Porto Alegre. E a coordenação do movimento sentiu a necessidade de construir uma imagem, para que pudesse se destacar, nesse evento de grandes proporções, então produziu alguns materiais que julgaram como importantes para compor essa imagem, eram estandartes, bandeiras e faixas.

A segunda ação ocorreu em 2005, iniciada no Brasil, também no dia 08 de março; tendo como *slogan* “mulheres em movimento mudam o mundo”, passando por 50 países de todos os continentes. O grande destaque daquela edição foi a “Carta das mulheres para a humanidade” (figura 1), na qual se destacavam alguns princípios, já conhecidos historicamente: igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz; e que se tornavam também os princípios norteadores do movimento. Os materiais produzidos para o Fórum Social Mundial, em 2001, foram destacados nessa segunda edição, em especial os estandartes (figura 2) e as faixas (figura 3); optamos por apresentá-los como exemplos dos materiais produzidos, entretanto, não pretendemos realizar, nesse texto, a análise dessas imagens (fotografias) encontradas no site do movimento:



Figura 1



Figura 2



Figura 3

A terceira edição ocorreu em 2010, no Brasil, em 08 de março; tendo como *slogan* “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres” o diferencial dessa edição foi a marcha realizada por aproximadamente três mil mulheres, durante onze dias (conforme o site da SOF), saindo da cidade de Campinas – SP até a Capital – São Paulo, terminando com um ato na Praça Charles Miller no Pacaembu. Nessa edição a MMM lançou uma plataforma de ação, da qual constavam seis eixos de lutas, são eles: contra a

tiraniam do patriarcado e do livre mercado, por um mundo sem violênciam contra as mulheres, pela autonomia e direito à auto-determinaçãom, pela autonomia econômicam das mulheres, por um mundo sem violênciam contra as mulheres e contra a privatizaçãom da natureza e dos serviçom pùblicos. Nessa ediçãom, a visualidadem da MMM foi destacada pelas “caminhantes”, gigantescas bonecasm (fotografia 4) e pela pròpria dimensãom da Marcha (fotografia 5):



Fotografia 5



Fotografia 6

Algumas das tendênciam historiogràficasm contemporâneasm privilegiam abordagemsm que ressaltam variáveis políticasm e culturasm, caracterizadas como capazes de ampliar e aprofundar os entendimentomsm sobre as relaçomsm sociais construídam. A partir daí, a categoria políticam passa a ser entendidam como

*‘um sistema de representaçomsm, complexo e heterogêneom’, mas capaz de permitir a compreensãom dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribuindo a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo, um conceito capaz de possibilitar a aproximaçãom com uma certa visãom de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo e redimensionando o acontecimentom políticom para além da curta duraçãom.(...) A constituiçãom de uma cultura políticam demanda tempo, sendo um conceito que integra o universo de fenômenomsm políticomsm de média e longa duraçãom. (GOMES. 2005:31)*

Assim sendo, as questomsm culturasm e políticasm passam a ser vista de maneira indissociável nessa concepçãom, pois os elementomsm culturasm compomem a políticam e vice-versa.

Nessa perspectiva analisaremos a MMM a partir de suas principais características políticas e culturais. E, acreditamos que a maneira e os materiais (estandartes, faixas, bandeiras, etc.) utilizados por esse movimento em suas ações, re-elaboram uma forma de apresentação pública das mulheres, pois a presença feminina nos movimentos sociais suscitou muita visibilidade, em várias épocas e países, devendo ser mencionada aqui uma observação de E.P. Thompson, citado por Raquel Soihet, acerca da forma feminina de reivindicar, em motins, por exemplo:

*[...] usando o corpo como arma, aos gritos, batendo panelas e caldeirões protagonizavam ruidosas aglomerações. Outros historiadores sugerem, igualmente, que essa atuação das mulheres pode lhes ter conferido uma base de poder na comunidade. Não se trata de excluir a abordagem das mulheres no terreno da política formal, mas urge não ignorar esse tipo de manifestações, típicas da resistência dos segmentos populares, sob o risco de inversão do problema; passando-se a focalizar as mulheres, apenas sob a ótica da classe e do sexo dominante. (SOIHET, 1998:81)*

No Brasil, ao longo da Primeira República, durante as manifestações públicas do operariado, as mulheres muitas vezes: “apareciam cantando, distribuindo flores, portando laços e fitas, levando consigo bandeiras e estandartes (bordados previamente por mãos femininas).” (BILHÃO, 2008: 155) Podemos postular, então, a possibilidade da existência de uma cultura política na forma de apresentação pública das mulheres, quando participavam de movimentos reivindicatórios diversos.

É importante ressaltar que esse estudo preliminar sobre os movimentos sociais é parte da pesquisa de mestrado, em andamento, que procurará estudar as relações históricas, com maior profundidade, dos movimentos sociais e do movimento de mulheres. Buscamos, por ora, conhecer alguns autores e suas concepções e estabelecer algumas relações com nosso tema: a Marcha Mundial das Mulheres. Posteriormente pretendemos, conforme sugere Marc Abélès: “determinar zonas sensíveis, isolar artificialmente momentos, configurações, espaços, que podem estar localizados naquilo que nos parece tanto como o centro quanto como a periferia de uma sociedade, e dissecá-los” (ABÈLÈS, 1998: 115).

Por fim, no que se refere à análise dos movimentos sociais, uma das tendências, observada a partir dos estudos dessa bibliografia, e que nos interessa, é a de unir

*abordagens elaboradas a partir de teorias macrossociais a teorias que priorizam aspectos micro da vida cotidiana, por meio de conceitos que fazem*

*mediações sem excluir uma ou outra das abordagens. (...) Não se fala mais da análise das estruturas desconsiderando o papel das conjunturas.* (GOHN, 2002:337)

E, dentro dessa proposta é preciso articular diferentes disciplinas: economia, política, sociologia, história, filosofia, artes, etc., considerando que “os movimentos são fluidos, fragmentados, perpassado por outros processos sociais” (GOHN, 2002: 343). Nesse sentido, podem ser amplamente compreendidos a partir de diversas abordagens e categorias de análises distintas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÉLÈS, Marc. **O racionalismo posto à prova da análise.** In: REVEL. Jacques. Jogos de escala: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.

BILHÃO, Isabel. **Identidade e Trabalho:** uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920). Londrina: EDUEL, 2008.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1998.

DE MOND, Nadia. **Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos.** Estudos Feministas, Florianópolis:11(2): 360, julho-dezembro/2003.

GOMES, Ângela Castro. **História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões.** In: SOIHET, Rachel, et alii (orgs.). Culturas políticas: ensaios de História cultural, história política e ensino de História. Rio de Janeiro:FAPERJ/MAUAD, 2005.

GOHN, Maria da Glória. 2002. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos Movimentos Sociais.** 2.ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina.** Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

MACHADO, Jorge Alberto S. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais.** Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 248-285.

MATTOS, Maria Izilda S. de. **Estudos de gênero:** percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. Cadernos Pagu, 11: pp.67-75, 1998.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** São Paulo: HISTÓRIA, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 15, n.30, 1995.

SCHERER-WERREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na América Latina- caminhos para uma política emancipatória?** Cadernos CRH, Salvador, v.21,n.54, p.505-517,set/dez/2008.

SCHERER-WERREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos sociais.** São Paulo, Loyola, 1993.

SOIHET, Rachel. **História das Mulheres e História de Gênero: um depoimento.** Cadernos Pagu, 11: pp.77-87, 1998.

#### SITES

[www.marchamundialdasmulheres.org](http://www.marchamundialdasmulheres.org)

[www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)